



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ATA Nº 24/2012

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012

Aos trinta dias do mês de novembro de dois mil e doze, nesta cidade de Rio Maior e na sala de Reuniões sita nos Paços do Concelho reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Rio Maior, sob a presidência da Dra. Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais, estando presentes os Vereadores, Dr. Carlos Fernando Frazão Correia, Dra. Sara Maria Carapito Silva Fragoso, Dr. Nuno Leal Santos da Veiga Malta, Dr. Silvino Manuel Gomes Sequeira e Dra. Ana Cristina Lobato Pinto Fróis de Figueiredo e Silva. -----

FALTAS

Foi justificada a falta do Vereador, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida, por motivos profissionais. -----

INÍCIO

Quando eram dez horas, verificando-se a existência de quórum a Presidente, Dra. Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais, declarou aberta a reunião. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

DISPONIBILIDADES DE TESOURARIA

A Câmara tomou conhecimento que as disponibilidades de tesouraria relativas ao dia anterior eram as seguintes: -----

Operações Orçamentais: um milhão, sessenta e nove mil, cento e vinte e sete euros e sessenta e seis cêntimos; -----

Operações não Orçamentais: duzentos e cinco mil, novecentos e oitenta e seis euros e quarenta e três cêntimos; -----

COMPETÊNCIA DELEGADA

Ao abrigo da previsão do nº 3 do artigo 65º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, a Câmara tomou conhecimento que, no uso da competência delegada e subdelegada, a Presidente, o Vereador Dr. Carlos Fernando Frazão Correia haviam proferido despachos sobre assuntos emanados da Unidade de Obras Particulares e Ordenamento, bem como da Subunidade de Contabilidade – neste último caso referente à vigésima e vigésima primeira Alteração/Modificação ao Orçamento 2012 – Despesa e décima nona e vigésima Alteração/Modificação às Grandes Opções do Plano 2012 – Plano Plurianual de Investimentos – Atividades Mais Relevantes, os quais constam da pasta de documentos anexos a esta Ata. -----

A Presidente deu os necessários esclarecimentos acerca das presentes alterações orçamentais. -----

INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

VEREADOR, DR. SILVINO MANUEL GOMES SEQUEIRA -----

O Vereador, Dr. Silvino Manuel Gomes Sequeira, interveio, começando por referir a sua preocupação sobre a iluminação da ciclovia da estrada das Marinhas do Sal, tendo em conta o relato que alguns riomaiorenses lhe tinham feito chegar, sobre algumas zonas que estavam muito escuras. -----

Concluiu a sua intervenção questionando qual o ponto de situação do contencioso entre a empresa Fozmassimo e o Sr. Nuno Lucas e, também, a evolução sobre o histórico do processo sobre o clube União Desportiva de Rio Maior, atendendo à situação complicada das pessoas envolvidas no mesmo. --

VEREADORA, DRA. SARA MARIA CARAPITO SILVA FRAGOSO -----

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012

A Vereadora, Dra. Sara Maria Carapito Silva Fragoso interveio, começando por se referir às obras a decorrer na cidade, dizendo que estavam a enriquecer e a melhorar a mesma. Aludiu, ainda, às obras que decorreram na zona antiga da cidade, dizendo que aquela zona ficara muito mais limpa e aberta, tendo em conta o aspeto decadente que apresentavam antigamente. A Vereadora, Dra. Sara Fragoso, deixou ainda o seu lamento pelo arranque das árvores na Av. João Ferreira da Maia. -----

A Vereadora, Dra. Sara Fragoso na sua intervenção referiu-se, também, aos Presépios de Sal da Aldeia Natal a decorrer nas Marinhas do Sal, dizendo que a referida atividade fora da iniciativa do comércio local e que tal facto iria permitir dinamizar aquele lugar, salientando o esforço desenvolvido pelos comerciantes. Aludiu, ainda, que a Câmara Municipal estava a apoiar o evento e que o mesmo permitia uma animação muito própria numa época especial, tendo convidado todas as pessoas para visitarem o local. -----

Ainda no uso da palavra a Vereadora, Dra. Sara Fragoso salientou o esforço da área da cultura do Município, na promoção dos diversos espaços culturais nesta época natalícia, nomeadamente, na Biblioteca Municipal, no Posto de Turismo de Marinhas do Sal e na Casa Senhorial, dizendo que tais espaços contribuiriam para uma maior animação e diferenciação desta época na cidade de Rio Maior. -----

Concluiu a sua intervenção, dando conhecimento que estava a ser distribuído um lanche de reforço às crianças das escolas do concelho identificadas com tal necessidade. Aludiu ainda que era mais uma ação de apoio social, dizendo que a mesma estava a ser desenvolvida de forma discreta, que isso era muito importante no apoio às pessoas com dificuldades. Realçou, também, o grande esforço e trabalho do setor da educação e da ação social no acompanhamento das situações e na articulação com todas as entidades, nomeadamente, com as escolas, louvando e salientando tal facto. -----

VEREADOR, DR. CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA -----

O Vereador, Dr. Carlos Fernando Frazão Correia, iniciou a sua intervenção começando por se referir aos Presépios de Sal, dizendo que a freguesia de Rio Maior e as Marinhas do Sal estavam de parabéns. Aludiu ainda aos arranjos

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012

efetuados pelas diversas casas de sal, dizendo que esta iniciativa poderia ser uma boa alternativa à Vila Natal em Óbidos. Referiu que esta iniciativa traria muitos visitantes à localidade de Marinhas do Sal e que tal facto iria dinamizar o comércio local. -----

O Vereador, Dr. Carlos Frazão, no que respeita à intervenção da Vereadora, Dra. Sara Fragoso sobre o abate das árvores da Av. João Ferreira da Maia, disse que cada pessoa tinha a sua opinião, explicando que no início da requalificação da avenida tinham sido cortadas algumas das árvores por se encontrarem caducas e a razão pela qual foram cortadas as restantes, tinha a ver com o facto das mesmas estarem a danificar o pavimento e o lancil colocado na citada artéria. -----

Continuando no uso da palavra, o Vereador, Dr. Carlos Frazão aludiu ainda que as obras da Av. de Portugal, caso as condições climatéricas o permitissem, iriam ficar concluídas. Logo de seguida, informou que, desde o ano de 2007 e até outubro de 2011, se registara um decréscimo na recolha de resíduos sólidos e urbanos na ordem dos 30%. Informou, também, que no presente ano se registava uma redução na recolha de resíduos de cerca de 20% em relação a igual período, dizendo que, na sua opinião, tal facto se devia à situação atual em que vivem os portugueses e que a redução de consumo refletia uma menor produção de resíduos. Mais disse que ao nível do material depositado nos ecopontos, também se registava uma menor recolha de resíduos, que do seu ponto de vista também estava relacionado com a diminuição do consumo da população em geral. -----

Concluiu a sua intervenção, informando que no próximo dia 4 de dezembro, às 14:30H, iria ser feita a inauguração da requalificação da rotunda Sá Carneiro, com a conseqüente inauguração do busto ao Dr. Francisco Sá Carneiro. Deixou ainda a informação, em resposta à questão apresentada pelo Vereador Dr. Silvino Sequeira, que a falta de iluminação na ciclovia das Marinhas do Sal, tinha a ver com o facto de algumas lâmpadas estarem fundidas, assim também como na rua da Rodoviária, dizendo que tal facto tinha sido transmitido à EDP.

PRESIDENTE DA CÂMARA -----

A Presidente interveio, começando por se referir à questão suscitada pelo

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012

Vereador, Dr. Silvino Sequeira no que respeita à empresa Fozmassimo, dizendo que não estivera presente na reunião que se realizara, que do Executivo tinha estado presente o Vereador, Dr. Carlos Nazaré em conjunto com o Sr. Nuno Lucas e a empresa referida, e que a informação que lhe fora transmitida foi que a Câmara iria deixar de estar presente nas negociações, que as mesmas iriam decorrer diretamente entre o Sr. Nuno Lucas e a empresa Fozmassimo. -----

Continuou a sua intervenção, referindo-se ao União Desportiva de Rio Maior e à realização de uma reunião que acontecera em que os Vereadores, Dr. Silvino Sequeira e Dr. Nuno Malta consultaram alguns dos elementos do processo relacionados com o Património, dizendo que era do interesse de todo o Executivo que o processo pudesse ser resolvido o mais depressa possível, no sentido de ser encontrada a melhor solução. Aludiu que a advogada que estivera presente na reunião realizada com o clube ficara de apresentar soluções alternativas e de estudar todo o processo, fazendo também referência à consulta que o Vereador, Dr. Silvino Sequeira fizera ao processo existente nos serviços. -----

VEREADOR, DR. SILVINO MANUEL GOMES SEQUEIRA -----

O Vereador, Dr. Silvino Manuel Gomes Sequeira interveio novamente começando por dizer que estivera presente na reunião referida pela Presidente da Câmara, salientando a gentileza do Vereador, Dr. Nuno Malta no que concerne à consulta dos documentos existentes, designadamente, anteriores deliberações de Câmara e as posições assumidas pelo Município no sentido de preservar o Património do União Desportiva de Rio Maior. Aludiu que a sede do clube ficara em nome da Câmara Municipal de Rio Maior para manter a salvaguarda do Património do União Desportiva. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA -----

A Presidente interveio novamente dizendo que toda a informação deveria ser passada a escrito, para que a mesma pudesse ser entregue à Advogada que estava a acompanhar o processo do clube, União Desportiva de Rio Maior. -----

ORDEM DO DIA

**DESPACHOS AO ABRIGO DO DISPOSTO NO Nº. 3 DO ARTIGO 68º DA LEI
Nº 169/99, DE 18 DE SETEMBRO.**

DESPACHO N.º 20/VICE-CF/2012 – CONSTRUÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DO NORDESTE DO CONCELHO - FRÁGUAS (CENTRO ESCOLAR N.º 4) – APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO -----

Foi presente à Câmara o despacho n.º 20/VICE-CF/2012, datado de 21 de novembro, relativo à Construção da Escola Básica do Nordeste do Concelho - Fráguas (Centro Escolar N.º 4) – Aprovação da Minuta do Contrato. -----

A Presidente interveio, tendo feito a apresentação do assunto e lido a minuta de deliberação. -----

A Câmara deliberou por unanimidade ratificar o despacho n.º 20/VICE-CF/2012, exarado no dia 21 de outubro, pelo senhor Vice-Presidente da Câmara, ao abrigo do n.º 3 do art.º 68 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua atual redação, pelo qual se determinou a aprovação da minuta do contrato, relativa à empreitada em apreço. -----

SUBSIDIOS E APOIOS

NATAL DE 2012 - SUBSIDIO – ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DO CONCELHO DE RIO MAIOR -----

Foi presente à Câmara a informação nº 60 da UCPCTJ/CULT/2012, datada de 27 de novembro, relativa ao Natal de 2012 - Subsidio – Associação Empresarial do Concelho de Rio Maior. -----

A Presidente interveio, tendo feito a apresentação do assunto e lido a minuta de deliberação. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, atribuir um apoio à Associação Empresarial do concelho de Rio Maior, no montante de 1.000,00€ (mil euros), nos termos da informação em apreço. -----

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012

PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO À ENTIDADE GESTORA DA CRECHE DE CHAINÇA – SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE RIO MAIOR -----

Foi presente à Câmara a informação nº 32/UEASS/2012, datada de 23 de outubro, relativa à Proposta de Apoio Financeiro à entidade gestora da Creche de Chainça – Santa Casa da Misericórdia de Rio Maior. -----

A Presidente interveio, tendo feito a apresentação do assunto e dados os necessários esclarecimentos, nomeadamente, que o valor a atribuir tinha a ver com a situação da gestão da creche da Chainça e o Município assumir a componente que não estava assegurada pela Segurança Social. Mais disse que após a assinatura do acordo de colaboração com a Segurança Social a Câmara deixaria de prestar este apoio à Santa Casa da Misericórdia. Aludiu ainda que os valores em causa eram referentes aos meses de Julho a Novembro de 2011. -----

O Vereador, Dr. Silvino Sequeira interveio, dizendo que iria votar a favor, apresentando o seu voto de congratulação pela Câmara ter tido capacidade de suportar até à data, aquilo que deveria ter sido suportado pela Segurança Social. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, aprovar a atribuição de uma comparticipação financeira à Santa Casa da Misericórdia de Rio Maior, num total de 22.636,14€, referente ao período de funcionamento da creche, compreendido entre julho e novembro de 2011, nos termos mencionados na informação em apreço. -----

FEIRA NACIONAL DA CEBOLA – FRIMOR 2012 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO -----

Foi presente à Câmara a informação nº 50 da UCPCTJ/FEIRAS/2012, datada de 29 de novembro, relativa à Feira Nacional da Cebola – Frimor 2012 – Atribuição de subsídio. -----

A Presidente interveio, tendo feito a apresentação do assunto e lido a minuta de deliberação. -----

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012

A Câmara deliberou por unanimidade, atribuir um apoio à Associação Empresarial do concelho de Rio Maior, no montante de 15.150,00€ (quinze mil, cento e cinquenta euros), nos termos da informação em apreço. -----

UNIDADE ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS

MAPA DOS HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS DE VENDA AO PÚBLICO E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO CONCELHO DE RIO MAIOR – EMISSÃO -

Foi presente à Câmara a informação nº 41 da SUTL, datada de 23 de novembro do corrente ano, relativa ao Mapa dos Horários de Funcionamento de Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Concelho de Rio Maior – Emissão. -----

A Presidente interveio, tendo feito a apresentação do assunto e lido a minuta de deliberação. -----

A Vereadora, Dra. Ana Cristina Silva interveio, questionando se havia alguma data prevista para abertura do Balcão do Empreendedor. -----

O Vereador, Dr. Nuno Malta interveio, tendo referido não existir data prevista para o Balcão do Empreendedor entrar em funcionamento. -----

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, em face da informação em apreço, emitir os respetivos mapas de horário dos estabelecimentos, conforme disposto no artigo 14º do Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Concelho de Rio Maior. -----

UNIDADE DE EDUCAÇÃO, ACÇÃO SOCIAL E SAÚDE

AUXÍLIOS ECONÓMICOS AO 1º CEB / ANO LETIVO 2012/2013 -----

Foi presente à Câmara a informação a nº 91/SUASE/2012, datada de 16 de novembro, relativa aos Auxílios Económicos ao 1º Ciclo/Ano Letivo 2012/2013.

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012

A Presidente interveio, tendo feito a apresentação do assunto e lido a minuta de deliberação. -----

O Vereador, Dr. Silvino Sequeira interveio referindo-se às notícias cada vez mais escutadas sobre as crianças que chegavam às escolas com fome. Disse ainda que acreditava que o problema no concelho de Rio Maior estava a ser acompanhado, mas que gostava de participar na sua resolução. Aludiu ainda que gostava que a Câmara através dos seus serviços de Ação Social, diligenciasse junto dos responsáveis dos diversos Estabelecimentos de Ensino, para tentar perceber não só os problemas evidentes, mas também aqueles que pudessem estar escondidos. Aludiu, também, ao facto do aumento do desemprego no concelho de Rio Maior poder estar a contribuir para o problema referido. -----

Concluiu a sua intervenção dizendo que queria manifestar a sua preocupação e que o seu alerta era para se tentar perceber os problemas existentes nas escolas. -----

A Vereadora, Dra. Sara Fragoso interveio dizendo ter referido durante a intervenção dos membros do Executivo, que estavam a ser distribuídos reforços alimentares às crianças das Escolas do concelho que tinham sido identificadas pelos estabelecimentos de ensino, que tinha salientado o esforço que estava a ser feito pelas escolas, pelo serviços de Educação e da Ação Social, no sentido de se perceber o problema para que nenhuma criança ficasse sem ajuda. -----

Lamentou ainda o facto do Vereador, Dr. Silvino Sequeira, atendendo à sua anterior intervenção sobre o assunto, não ter escutado as suas palavras. -----

O Vereador, Dr. Silvino Sequeira interveio tendo dito que a sua afirmação não fora de crítica à Câmara, mas sim para manifestar a sua preocupação, reafirmando mais uma vez que a sua intervenção era para se tentar perceber não só os problemas evidentes, mas também aqueles que por ventura pudessem estar escondidos. -----

A Vereadora, Dra. Ana Cristina Silva interveio para realçar o empenhamento da

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012

Escola Secundária de Rio Maior que desde o início do ano facultava, até às dez da manhã, sem apoios da sociedade civil, o pequeno-almoço a todas as crianças da escola, que era composto por um copo de leite e uma sandes. Salientou, assim, a capacidade de gestão da Escola Secundária, tendo em conta as dezenas de pequenos-almoços que este programa totalizava no apoio a todas as crianças-----

A Presidente interveio, informando que a Câmara recebera os dados referentes ao número de alunos dos vários escalões, por parte das Escolas do concelho. -

A Câmara deliberou por unanimidade autorizar a atribuição de auxílios económicos aos alunos do 1º ciclo do ensino básico dos Agrupamentos Verticais Fernando Casimiro Pereira da Silva e Marinhas do Sal, respeitante ao ano letivo 2012/2013, no valor de 13.035,82 €, conforme mencionado na informação em apreço. -----

TRANSFERÊNCIA DE VERBAS PARA OS AGRUPAMENTOS DE ESCOLA/ANO LETIVO 2012/2013 -----

O Assunto foi retirado da ordem de trabalhos por indicação da Presidente da Câmara, tendo em conta questões processuais. -----

A Presidente e a Vereadora, Dra. Sara Fragoso ausentaram-se da sala de reuniões de Câmara, tendo ficado o Vice-Presidente a presidir à reunião de Câmara. -----

PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO – ANO DE 2013 – ESCOLA PROFISSIONAL DE RIO MAIOR, LDA., EM -----

Foi presente à Câmara o ofício da Escola Profissional de Rio Maior datado de 26 de novembro de 2012, sobre o Plano de Atividades e Orçamento – Ano de 2013. -----

O Vice-Presidente interveio, tendo solicitado que o Dr. Bentes da Silva, Responsável Financeiro pela Escola Profissional de Rio Maior, presente na sala de reuniões de Câmara, efetuasse uma explanação sobre o Plano Previsional para o ano de 2013. -----

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012

O Dr. Bentes da Silva, responsável Financeiro da Escola Profissional de Rio Maior, interveio a pedido do Vice-Presidente, tendo referido que o Orçamento para o ano de 2013 assentava nos pressupostos que se verificavam atualmente e na esperança de serem aprovados quatro novos cursos. Aludiu ainda que o Orçamento apresentado fora elaborado no pressuposto de não haver qualquer alteração dos apoios por parte do POPH – Programa Operacional de Potencial Humano e Fundo Social Europeu. O Dr. Bentes da Silva informou, também, que para o ano de 2013 estavam consideradas duas candidaturas paralelas à atividade normal da Escola Profissional, ou seja, unidades de formação, que as mesmas seriam dadas em seis ações de formação financiadas e o estabelecimento de ensino teria 20 alunos espalhados por quatro países da europa, Itália, Malta, Espanha e Alemanha. Aludiu que os vinte alunos efetuariam o seu estágio profissional nesses países e que os custos eram cobertos através de candidaturas apresentadas ao Programa Comunitário “Leonardo da Vinci”. -----

A Vereadora, Dra. Ana Cristina Silva, interveio, tendo começado por dizer que a Escola existia há vinte anos e que estava bem consolidada, realçando as direções e gerências da Escola Profissional ao longo dos anos, salientando o excelente trabalho efetuado pelo primeiro Diretor Pedagógico e a continuidade de consolidação da Escola que estava a ser efetuada atualmente. De seguida, salientou, o trabalho desenvolvido pelo Dr. Bentes da Silva, que desempenhava funções, como Diretor Financeiro, desde a sua criação. Aludiu ainda que o Orçamento apresentado era bom, de fácil leitura, com premissas bem explicadas, que era muito agradável saber que a escola estava a conseguir colocar alunos em estágio em Portugal e no estrangeiro, através de intercâmbios e parcerias nacionais e internacionais. -----

Mencionou, ainda, o parecer do ROC – Revisor Oficial de Contas, nomeadamente, no capítulo Reserva, Ponto 6 "*A alínea b) do número 1 do artigo 62 do novo diploma legal (lei n.º 50/2012) estabelece que quando se verificar que, nos últimos três anos, o peso contributivo dos subsídios à exploração for superior a 50% das receitas das empresas locais, as mesmas devem ser objeto de deliberação de dissolução, no prazo de seis meses. Dado a EPRM – Escola Profissional de Rio Maior, LDA, EM, enquadrar-se no*

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012

requisito acima referido, poderá estar em causa a continuidade das suas operações futuras". Continuando no uso da palavra a Vereadora Dra. Ana Cristina Silva referiu que o financiamento da Escola Profissional era do POPH - Programa Operacional de Potencial Humano e não do Município, como acontecia com outras empresas municipais, dizendo que, na sua opinião, o legislador não legislara de modo a salvaguardar todas as situações. Referiu ainda que a situação da Escola Profissional era delicada e que o parecer do Revisor Oficial de Contas através da sua reserva, refletia tal situação e não excluía a sua dissolução. -----

A Vereadora, Dra. Ana Cistina Silva disse que na sua opinião deveriam ser estudadas duas situações: a primeira era a possibilidade de dissolução da Escola e a outra era de abrir a possibilidade de Privados entrarem no capital social da empresa e a mesma deixar de ser municipal. Aludiu ainda à questão do fim do financiamento por parte do POPH - Programa Operacional de Potencial Humano e que a possibilidade dos privados poderem entrar no capital social da Escola poderia ser uma forma de compensar a falta de financiamento dos fundos comunitários, através de receitas próprias. -----

Concluiu a sua intervenção dizendo que outra possibilidade era a Escola continuar a ser uma Empresa Municipal e existir uma explicação do atual conselho de Gerência, corroborado pela Câmara Municipal, através da realização de uma reunião na Assembleia da República de forma a serem excecionadas as situações análogas à Escola Profissional de Rio Maior, reforçando que a questão deveria ser estudada com rigor, para que a sustentabilidade e o futuro da Escola Profissional pudesse ser assegurada. ----

O Vereador, Dr. Silvino Sequeira interveio referindo que corroborava o que a Vereadora, Dra. Ana Cistina Silva dissera o sobre a Escola Profissional, salientando o trabalho anteriormente efetuado pelos responsáveis da Escola Profissional de Rio Maior e também o excelente trabalho efetuado pelo responsável financeiro ao longo dos anos de existência da Escola. Aludiu, ainda, que na sua opinião devia ser efetuado um levantamento exaustivo do número de formandos que saíram da Escola e que hoje em dia tinham a sua vida e das respetivas famílias garantidas, realçando o excelente trabalho profissional e o aspeto social, dizendo que os mesmos dignificavam a Escola e

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012

o concelho de Rio Maior. -----

O Vereador, Dr. Silvino Sequeira na sua intervenção referiu-se também à questão suscitada pela Vereadora, Dra. Ana Cristina Silva, relativa ao financiamento futuro da Escola Profissional, tendo em conta a atualidade dos factos. Aludiu ainda a uma entrevista que ele próprio dera a um órgão de comunicação social local, dizendo que aquando da construção da Escola Profissional de Rio Maior, fora decidido que a Câmara ficava detentora de 80% do capital social. -----

Realçou, igualmente, o empenhamento do Sr. Adelino Bernardes e do Sr. Manuel Ricarte, da Associação dos Agricultores e da Associação Empresarial de Rio Maior, respetivamente, para que a Escola Profissional fosse uma realidade para o concelho e cada uma das Associações ficara com uma quota de 10%. Aludiu ainda à possibilidade que a Vereadora, Dra. Ana Cristina Silva referiu da Câmara passar a ser detentora de menos de 80% e de distribuir a restante percentagem por privados. -----

O Vereador, Dr. Silvino Sequeira, referiu, também, que no momento de criação da Escola Profissional, não existia a empresa Depomor, nem a Escola Superior de Desporto de Rio Maior e por consequência a realidade era bem diferente. Referiu-se também à segunda hipótese colocada pela Vereadora, Dra. Ana Cristina Silva, questionando se existia mais algum estabelecimento de ensino no País em situação análoga à da Escola Profissional de Rio Maior e caso se verificasse tal facto seria de tentar mobilizar o mesmo, para tentar apelar à sensibilidade da Assembleia da República. Referiu-se, ainda, à atual saga contra as empresas municipais, dizendo que, na sua opinião, era fundamental criar condições objetivas para que a Escola Profissional de Rio Maior pudesse continuar a existir, tendo em conta os resultados apresentados ao longo dos seus vinte anos, para a juventude, formação profissional e para o enquadramento social, que tem resultado na garantia de trabalho para todos aqueles que passaram pelo ensino na Escola Profissional. -----

Concluiu a sua intervenção dizendo que o Executivo deveria de ponderar sobre as soluções a encontrar para que a Escola Profissional pudesse continuar a existir, mas que não tinha dúvidas que tal facto se iria verificar. -----

O Vice-Presidente voltou a intervir dizendo que o entendimento geral era que a

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012

Escola Profissional de Rio Maior tinha sido, ao longo dos anos, uma Escola de êxitos, não só, pela criação de postos de trabalho, mas também pelos seus formandos, que alguns estavam a ocupar lugares de destaque em empresas nacionais. Aludiu ainda, que na sua opinião todas as pessoas que passaram pela Direção e pelos Corpos Sociais da Escola estavam de parabéns, por ter contribuído para o desenvolvimento da formação no concelho de Rio Maior, que na sua opinião tal facto iria continuar por muitos e bons anos. Disse, também, que todo o Executivo estava atento ao desenvolvimento da situação da Escola, dizendo compreender a reserva por parte do Revisor Oficial de Contas, pois fazia parte das suas atribuições alertar para a lei em vigor. Alertou ainda para a existência de dois entendimentos distintos sobre a situação da Escola Profissional, em primeiro lugar, a Câmara Municipal de Rio Maior enquanto detentora de 80% do capital social, não ter atribuído qualquer tipo de subsídio para o funcionamento do estabelecimento de ensino e em segundo lugar, até que ponto o financiamento do POPH – Programa Operacional de Potencial Humano não poderia ser considerado um subsídio à exploração. Logo de seguida, o Vice-Presidente disse que a Escola Profissional de Rio Maior não era um caso isolado, existindo um elevado número de empresas municipais nacionais ligadas à formação em igualdade de circunstâncias, dizendo que o assunto estava a ser abordado em conjunto com outras escolas e que acreditava no bom senso dos governantes portugueses. -----

Concluiu a sua intervenção dizendo que o Executivo, Conselho de Gerência e Direção da empresa estavam atentos e que tomariam as medidas que contribuíssem para a continuidade da Escola Profissional por muitos anos. Reforçou ainda, que o Plano e Orçamento apresentado era muito entendível e simples, muito direto e que todos os envolvidos na elaboração do documento estavam de parabéns, desejando que a Escola pudesse continuar a ser dinâmica e a ser uma referência local e nacional em termos de ensino. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, aprovar o Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2013, proposto pela Escola Profissional de Rio Maior, no âmbito do disposto no n.º 2 do artigo 23.º dos Estatutos da referida entidade, conforme mencionado no ofício em apreço. -----

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012

A Presidente e a Vereadora, Dra. Sara Fragoso entraram neste momento na sala de reuniões de Câmara. -----

O Vereador, Dr. Silvino Sequeira ausentou-se neste momento da sala de reuniões de Câmara. -----

UNIDADE DE CULTURA, PATRIMÓNIO CULTURAL, TURISMO E JUVENTUDE

CONTRATOS-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO, CULTURAL E JUVENIL 2012-PROPOSTA -----

Foi presente à Câmara a informação nº 26/DESP/2012, datado de 20 de novembro, do corrente ano, relativa aos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo, Cultural e Juvenil 2012-Proposta. -----

A Presidente interveio, tendo feito a apresentação do assunto e lido a minuta de deliberação. Efetuou alguns esclarecimentos, nomeadamente, que o processo em epígrafe continha o parecer e ata do Conselho Municipal do Desporto, que fora aprovado por unanimidade e que a Câmara pretendia aprovar as minutas dos contratos e respetivo apoio financeiro. -----

A Vereadora, Dra. Ana Cristina Silva, interveio, realçando o esforço de atribuição de verbas por parte da Câmara Municipal, não obstante, ter como referência o ano de 2012. Aludiu à unanimidade na aprovação das verbas por parte do Conselho Municipal do Desporto, salientando a importância, no contexto atual, da dinamização de atividades culturais e desportivas por parte das Associações no concelho de Rio Maior, dizendo ser um fator de coesão social e de agregação das populações, nomeadamente, nas camadas mais jovens. -----

Terminou a sua intervenção salientando o contrato-programa apresentado, tendo em conta a disponibilização de verbas possíveis para o movimento associativo. Questionou ainda se o grande prémio de Marcha Atlética continuaria a fazer parte do calendário das provas internacionais. -----

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012

A Presidente interveio e em resposta à Vereadora, Dra. Ana Cristina Silva, disse que ficara decidido, de acordo com proposta apresentada pelos serviços, efetuar a candidatura da prova da Marcha Atlética, tendo em consideração que a mesma era uma prova internacional e que tinha a apoio por parte do IDP – Instituto do Desporto de Portugal. Informou que atualmente passara a ser uma prova do calendário europeu. Aludiu ainda que os custos inerentes à mesma, tendo em conta o facto de passar a ser europeia, eram inferiores em cerca de cinquenta por cento. -----

A Chefe da Unidade de Cultura, Património Cultural, Turismo e Juventude presente na sala de reuniões de Câmara e a pedido da Presidente interveio tendo dado mais alguns esclarecimentos complementares acerca da questão apresentada pela Vereadora, Dra. Ana Cristina Silva. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, aprovar as minutas dos Contratos-Programa de desenvolvimento desportivo, cultural e juvenil, a celebrar com as coletividades do concelho de Rio Maior, bem como aprovar as participações financeiras, no montante global de 124.750,00€ (cento e vinte e quatro mil, setecentos e cinquenta euros), nos termos dos quadros constantes na informação em apreço. -----

O Vereador, Dr. Silvino Sequeira entrou neste momento na sala de reuniões de Câmara.

MERCADOS E FEIRAS 2013 – DATA DE REALIZAÇÃO. -----

Foi presente à Câmara a informação nº 59/UCPCTJ/CULT/2012, datada de 27 de novembro, do corrente ano, relativa aos Mercados e Feiras 2013 – Data de Realização. -----

A Presidente interveio, tendo feito a apresentação do assunto e lido a minuta de deliberação. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, aprovar as datas de realização dos mercados e feiras a realizar durante o ano de 2013, nos termos da informação em apreço. -----

UNIDADE DE CONTENCIOSO E CONTRATAÇÃO PÚBLICA

REEQUILÍBRIO FINANCEIRO DAS EMPREITADAS DE “REQUALIFICAÇÃO DA AV. MÁRIO SOARES E CONSTRUÇÃO DE CICLOVIA” E REQUALIFICAÇÃO URBANA DAS ENTRADAS DE RIO MAIOR”-TECNOVIA -----

Foi presente à Câmara uma informação da UCCP n.º 1034, datada de 19 de novembro, relativa ao Reequilíbrio Financeiro das Empreitadas de “Requalificação da Av. Mário Soares e Construção de Ciclovia” e Requalificação Urbana das Entradas de Rio Maior”- Tecnovia. -----

A Presidente interveio, tendo feito a apresentação do assunto e lido a minuta de deliberação. Efetuou algumas considerações sobre o assunto, nomeadamente, que a apresentação do mesmo era consequência de uma reunião que existira entre a empresa Tecnovia, o Vereador, Dr. Nuno Malta e os serviços do Gabinete Jurídico do Município. -----

O Vereador, Dr. Silvino Sequeira, interveio, tendo questionando se a proposta apresentada tinha que ver com a criação de uma peritagem colegial, em que estaria presente um representante da Câmara e outro da empresa Tecnovia, no sentido de chegarem a um entendimento. -----

O Vereador, Dr. Nuno Malta, interveio e em resposta o Vereador, Dr. Silvino Sequeira, disse que o objetivo era constituir uma comissão colegial para tentar chegar a uma solução extrajudicial do processo em causa. -----

O Vereador, Dr. Silvino Sequeira, interveio novamente, congratulando-se com o facto de a Câmara ter chegado a um entendimento com a empresa Tecnovia, dizendo que a existência de um acordo era benéfico para as duas partes. -----
Concluiu a sua intervenção, dizendo que na sua opinião o Técnico a ser indicado pela Câmara Municipal deveria ter o apoio jurídico necessário, para que pudesse defender os interesses do concelho de Rio Maior. -----

O Vereador, Dr. Nuno Malta interveio novamente, para dizer que em relação aos Técnicos envolvidos na comissão colegial a ser constituída, ambos seriam

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012

assessorados por Juristas, para que pudesse ser garantida a boa prossecução dos trabalhos. -----

A Presidente interveio mais uma vez, para dizer que o processo em causa, se arrastava desde o ano de 2009, desde a Requalificação da Avenida Dr. Mário Soares e dizia respeito à incongruência existente entre o Município e a empresa Tecnovia no que se refere a trabalhos a mais relativamente à empreitada em questão. -----

O Vereador, Dr. Silvino Sequeira interveio, para dizer que a Câmara relativamente ao assunto em discussão e na altura da ocorrência dos factos, quis salvaguardar a hipótese de uma decisão que não servia os interesses do Município, designadamente, a possibilidade de recorrer para o Tribunal da Relação. Informou que a empresa Tecnovia não aceitara uma cláusula do contrato e movera uma ação judicial ao Município. -----

A Presidente interveio novamente, para dizer que em 5 de junho de 2009 fora aprovado em reunião de Câmara uma deliberação sobre a constituição de um Tribunal Arbitral para resolução do litígio, que deveria consubstanciar-se através de conversação reduzida a escrito. Aludiu novamente à reunião que existira entre a empresa Tecnovia, o Vereador, Dr. Nuno Malta e os serviços do Gabinete Jurídico do Município, dizendo que o assunto fora presente à Câmara para que a mesma pudesse deliberar no sentido de ser constituída a referida comissão colegial. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, concordar com a proposta apresentada pela empresa Tecnovia, S.A., para resolução do litígio através de meios extrajudiciais. -----

O Vereador, Dr. Carlos Fernando Frazão Correia, fez a seguinte declaração de voto, oral:-----

“O atual Executivo tem tido capacidade para tentar arranjar condições para solucionar muitos problemas pendentes de Executivos anteriores, não por falta

de vontade dos mesmos, mas muitas vezes, por impossibilidade. Registo com agrado que esta situação fique concluída extrajudicialmente, porque temos também que estar conscientes da importância da Tecnovia, enquanto empresa empreendedora no concelho de Rio Maior”. -----

A presente declaração de voto foi subscrita pela Presidente da Câmara. -----

O Vereador, Dr. Silvino Manuel Gomes Sequeira, fez a seguinte declaração de voto, oral:-----

“Votei favoravelmente este ponto, congratulei-me que se vá encontrar uma solução, que já poderia estar encontrada em 2009, se por ventura a empresa tem aceitado a posição da Câmara, no caso de quem tinha de tomar a decisão na altura, um tribunal ou um conjunto, com um representante da Câmara, outro da empresa e um terceiro representante. A Câmara na altura quis salvaguardar a hipótese de não concordar com a decisão de recorrer ao Tribunal da Relação, posição que na altura não foi aceite pela empresa. Registo a minha satisfação, por finalmente se encontrar um caminho para a resolução deste problema, que tanta importância tem, não só para a Câmara Municipal, como para a própria empresa e o que representa para o estado social do concelho de Rio Maior.” -----

A presente declaração de voto foi subscrita pelo Vereador, Dra. Ana Cristina Lobato Pinto Fróis de Figueiredo e Silva eleita pelo Partido Socialista. -----

TIMOR – ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE OS MUNICÍPIOS TIMORENSES E OS MUNICÍPIOS PORTUGUESES -----

Foi presente à Câmara uma proposta do Vereador, Dr. Nuno Malta, datada de 26 de novembro, relativa a Timor – Acordo de Cooperação entre os Municípios Timorenses e os Municípios Portugueses. -----

A Presidente interveio, tendo feito a apresentação do assunto e lido a minuta de deliberação. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, face à proposta e informação em apreço, aprovar a minuta de Acordo de Cooperação entre os Municípios Timorenses e

os Municípios Portugueses. -----

Mais deliberou, que a referida minuta do acordo de colaboração seja presente à Assembleia Municipal para conhecimento. -----

UNIDADE DE OBRAS PÚBLICAS E EQUIPAMENTOS

INFILTRAÇÕES NA CASA SENHORIAL D'EL REI D. MIGUEL -----

Foi presente à Câmara a informação AS87/12, datada de 05 de novembro, relativa às Infiltrações na Casa Senhorial D'el Rei D. Miguel. -----

O Vice-Presidente interveio, tendo feito a apresentação do assunto, nomeadamente, que o assunto em epígrafe já tinha sido discutido no ano de 2005 pelo anterior Executivo, que, na altura, fora efetuado um estudo externo à Câmara, que apontava para um montante de cerca de 70.000,00€ para consolidação do edifício, que por várias razões não fora possível executar. Referiu que de acordo com informações dos serviços técnicos, aquela parte do edifício se tem vindo a degradar, que a qualquer momento podia provocar danos pessoais a quem estava próximo, justificando assim a apresentação do assunto a reunião de Câmara. Procedeu ainda à leitura da minuta de deliberação. -----

A Vereadora, Dra. Sara Fragoso interveio dizendo que era necessário retirar as pessoas do espaço contíguo, nomeadamente, o Pintor Luís Fernandes e a Professora D^a Aurora a quem foram atribuídas salas para desenvolvimento das suas atividades, respetivamente, na área da Pintura e de Tapeçaria e Bordados. Aludiu ainda que era necessário atribuir outros espaços, que uma das hipóteses era na antiga biblioteca, nomeadamente no primeiro andar do edifício. -----

O Vereador, Dr. Silvino Sequeira interveio, dizendo que iria votar favoravelmente, mas que gostaria, quando fosse oportuno, de consultar o processo para que pudesse obter alguns esclarecimentos sobre o mesmo. ----

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012

O Vice-Presidente interveio novamente para referir que o espaço que estava em causa, não era a Casa Senhorial D'el Rei D. Miguel, mas sim o segundo andar, denominado, Casa da Cultura. -----

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, nos termos e fundamentos constantes da informação em apreço, interditar o acesso às instalações da Casa Senhorial D'El Rei D. Miguel, reinstalando os serviços noutras instalações. -----

AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES -----

Foi presente à Câmara a proposta do Vice-Presidente, datada de 26 de novembro, relativa à Aquisição de Combustíveis e Lubrificantes. -----

O Vice-Presidente interveio, tendo feito a apresentação do assunto, tecendo algumas considerações acerca do mesmo. -----

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, face ao teor da Proposta do Sr. Vice-Presidente, aprovar a abertura de procedimento de ajuste direto nos termos do art. 258º conjugado com a alínea e) do nº 1 do art. 26º do Código dos Contratos Públicos para a aquisição de combustíveis e lubrificantes, ao abrigo do Acordo Quadro celebrado entre a Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo e os concorrentes vencedores GALP Energia — Petróleos de Portugal — Petrogal, S.A., e FUCHS LUBRIFICANTES, UNIPESSOAL, LDA., em apreço, bem como aprovar as respetivas e peças do procedimento. -----

O Vereador, Dr. Silvino Manuel Gomes Sequeira, fez a seguinte declaração de voto, oral:-----

“Votei favoravelmente este ponto, com a garantia que a lei dos compromissos, não está a ser ferida.”-----

A presente declaração de voto foi subscrita pelo Vereador, Dra. Ana Cristina Lobato Pinto Fróis de Figueiredo e Silva eleita pelo Partido Socialista. -----

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012

CONSTRUÇÃO E BENEFICIAÇÃO DE TROÇOS DA REDE VIÁRIA MUNICIPAL (4ª FASE) – APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURA AO QREN-----

Foi presente à Câmara a informação n.º 06/2012/UFCAP, datada de 29 de novembro, relativa à Construção e Beneficiação de Troços da Rede Viária Municipal (4ª Fase) – Apresentação de Candidatura ao QREN. -----

O Vice-Presidente interveio, tendo feito a apresentação do assunto, tecendo algumas considerações acerca do mesmo, nomeadamente, que a candidatura se reportava às obras de beneficiação da Estrada de Rio Maior-Vale de Óbidos- Casais da Serra (colocação de micro aglomerados e pintura), a Estrada Casais dos Silvas-Bairradas (colocação de micro aglomerados), estrada Rio Maior – Correias (a seguir ao furo do Via-Vai), a candidatura das estradas de terra batida Ribeira de Santo André-Arneiro-Anteporta (antiga plataforma de caminho de ferro), estrada Asseiceira-Arrouquelas, estrada da Av. da Igreja – Alcobertas - Gançaria, outras duas estradas dentro da Freguesia de Alcobertas (Casal da velha-Vale teira e Casal da Velha-Teira e a Rua da Corimba em Vale de Óbidos, passando pela Rua do Porto Sapato), entre outras. Referiu ainda que a candidatura só poderia contemplar troços da rede viária em que fosse definida a sua importância, ficando excluída a hipótese de serem feitas ruas. Efetuou ainda a leitura da minuta de deliberação. -----

O Vereador, Dr. Silvino Sequeira interveio, para questionar qual o montante envolvido na candidatura. -----

Solicitou ainda que lhe fosse facultada uma relação dos alcatroamentos feitos pelo atual Executivo no presente mandato, discriminados, por administração direta, por concurso e a quem foram adjudicados, se houve financiamento comunitário ou outro e a descrição do tipo de financiamento. -----

O Vice-Presidente interveio e em resposta ao Vereador, Dr. Silvino Sequeira, disse que a candidatura era no valor de 1.918.000,00€. -----

O Vereador, Dr. Silvino Sequeira interveio, congratulando-se pela

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012

concretização da 4ª fase de apresentação de candidaturas ao QREN, dizendo que tal facto significava que tinham existido fases anteriores. -----

A Presidente interveio para dizer, em resposta ao Vereador, Dr. Silvino Sequeira, que realmente tinham existido boas taxas de execução por parte do Município, que tem dado continuidade ao conjunto de obras iniciadas no anterior Executivo. Salientou mais uma vez a boa taxa de execução do Município, que tal facto tivera permitido a apresentação de diversas candidaturas aos Fundos Comunitários. -----

O Vereador, Dr. Silvino Sequeira interveio mais uma vez, para dizer que o Município de Rio Maior possuía serviços que lhe possibilitava serem céleres na apresentação de candidaturas, que as mesmas não eram objeto de reparo e que estavam sempre “descansados” perante quaisquer inspeções, procedentes de qualquer entidade. -----

O Vice-Presidente interveio para referir que o tipo de candidaturas em análise englobava oito freguesias. Disse ainda que concordava que os serviços técnicos da Câmara tinham qualidade e boa vontade, no sentido de em tempo recorde, procederem à preparação de candidaturas aos fundos comunitários. - Finalizou a sua intervenção para dizer que iria ser feita uma candidatura para a recuperação da Av. da Igreja em Alcobertas. -----

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a apresentação da candidatura para “Construção e beneficiação de troços da rede viária municipal (4.ª fase), de acordo com parecer técnico apresentado. -----

UNIDADE DE OBRAS PARTICULARES E ORDENAMENTO

PEDIDO DE CERTIDÃO DE DOMÍNIO PÚBLICO, EM MARINHAS DO SAL – FREGUESIA DE RIO MAIOR, EM NOME DE AMÉLIA DAS DORES MOTA VARGAS -----

Foi presente à Câmara um Pedido de Certidão de Área cedida para o Domínio Público, em Salinas, freguesia de Rio Maior, em nome de Amélia da Dores Mota Vargas, acompanhado de informação do Setor de Topografia e parecer

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012

emitido pela Unidade de Obras Particulares e Ordenamento.-----

A Presidente fez a apresentação do assunto, tendo efetuado a leitura da minuta de deliberação. -----

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, face às informações supracitadas, certificar que a totalidade do prédio assinalado nas plantas anexas ao pedido, enquadra-se no disposto no artigo 63º da Lei nº 2110 de 19 de Agosto de 1961, pelo que poderá ser considerada do conhecimento e domínio público. -----

PEDIDO DE CERTIDÃO DE DOMÍNIO PÚBLICO E TITULARIDADE DE PARCELAS CEDIDAS, EM MARINHAS DO SAL – FREGUESIA DE RIO MAIOR, EM NOME DE JOÃO MORAIS DOS SANTOS -----

Foi presente à Câmara um Pedido de Certidão de Domínio Público, em Marinhãs do Sal, freguesia de Rio Maior, em nome de João Morais dos Santos, acompanhado de informação do Setor de Topografia e parecer emitido pela Unidade de Obras Particulares e Ordenamento.-----

A Presidente fez a apresentação do assunto, tendo efetuado a leitura da minuta de deliberação. -----

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, face às informações e parecer supracitados, que a certidão seja emitida de acordo com o levantamento efetuado pelos serviços municipais e traduzidos na planta constante do processo em apreço. -----

PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE NÚMERO DE POLÍCIA, EM RUA DA PAZ – FREGUESIA DE RIO MAIOR, EM NOME DE MAIOR TÉCNICA, CONSTRUÇÕES IMOBILIÁRIAS, LDA. -----

Foi presente à Câmara um Pedido de Certidão de Numero de Policia, em Rua da Paz, freguesia de Rio Maior, em nome de Maiortécnica, Construções Imobiliárias, Lda, acompanhado de informação do Setor de Topografia e parecer emitido pela Unidade de Obras Particulares e Ordenamento.-----

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012

A Presidente fez a apresentação do assunto, tendo efetuado a leitura da minuta de deliberação. -----

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, face à informação e parecer supracitados, certificar que ao prédio assinalado nas plantas anexas ao pedido, foi atribuído o número três (3), sito na Rua da Paz, na cidade de Rio Maior, freguesia e concelho de Rio Maior. -----

PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE NÚMERO DE POLÍCIA, EM RUA DA PAZ – FREGUESIA DE RIO MAIOR, EM NOME DE MAIOR TÉCNICA, CONSTRUÇÕES IMOBILIÁRIAS, LDA. -----

Foi presente à Câmara um Pedido de Certidão de Numero de Policia, em Rua da Paz, freguesia de Rio Maior, em nome de Maiortécnica, Construções Imobiliárias, Lda, acompanhado de informação do Setor de Topografia e parecer emitido pela Unidade de Obras Particulares e Ordenamento.-----

A Presidente fez a apresentação do assunto, tendo efetuado a leitura da minuta de deliberação. -----

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, face à informação e parecer supracitados, certificar que ao prédio assinalado nas plantas anexas ao pedido, foi atribuído o número três A (3-A), sito na Rua da Paz, na cidade de Rio maior, freguesia e concelho de Rio Maior. -----

PEDIDO DE CERTIDÃO DE VIABILIDADE CONSTRUTIVA PARA EFEITOS DE IMI, EM ESTANGANHOLA – FREGUESIA DE RIO MAIOR, EM NOME DE INÁCIO MANUEL DA SILVA AGOSTINHO -----

Foi presente à Câmara um Pedido de Certidão de Viabilidade Construtiva para efeitos de IMI, em Estanganhola, freguesia de Rio Maior, em nome de Inácio Manuel da Silva Agostinho, acompanhado de informação do Setor de Topografia e parecer emitido pela Unidade de Obras Particulares e Ordenamento.-----

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012

A Presidente fez a apresentação do assunto, tendo efetuado a leitura da minuta de deliberação. -----

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade certificar que, para o prédio em causa, existe viabilidade construtiva, de acordo e nos termos dos pareceres em referência. -----

PEDIDO DE CERTIDÃO DE VIABILIDADE CONSTRUTIVA PARA EFEITOS DE IMI, EM GATO PRETO – FREGUESIA DE RIO MAIOR, EM NOME DE MÁRIO ALBERTO PRUDÊNCIO FERREIRA LOPES -----

Foi presente à Câmara um Pedido de Certidão de Viabilidade Construtiva para efeitos de IMI, em Gato Preto, freguesia de Rio Maior, em nome de Mário Alberto Prudêncio Ferreira Lopes, acompanhado de parecer emitido pela Unidade de Obras Particulares e Ordenamento. -----

A Presidente fez a apresentação do assunto, tendo efetuado a leitura da minuta de deliberação. -----

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade certificar que, para o prédio em causa, existe viabilidade construtiva, de acordo e nos termos das informações em referência. -----

PEDIDO DE CERTIDÃO DE VIABILIDADE CONSTRUTIVA PARA EFEITOS DE IMI, EM GATO PRETO – FREGUESIA DE RIO MAIOR, EM NOME DE MÁRIO ALBERTO PRUDÊNCIO FERREIRA LOPES -----

Foi presente à Câmara um Pedido de Certidão de Viabilidade Construtiva para efeitos de IMI, em Gato Preto, freguesia de Rio Maior, em nome de Mário Alberto Prudêncio Ferreira Lopes, acompanhado de parecer emitido pela Unidade de Obras Particulares e Ordenamento. -----

A Presidente fez a apresentação do assunto, tendo efetuado a leitura da minuta de deliberação. -----

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade certificar que, para o prédio em

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012

causa, existe viabilidade construtiva, de acordo e nos termos das informações em referência. -----

PEDIDO DE CERTIDÃO DE INVIABILIDADE CONSTRUTIVA, EM LOTE N.º 86 DO LOTEAMENTO DA CORIMBA - SESMARIAS – FREGUESIA DE RIO MAIOR, EM NOME DE MARIA DE LÁ SALETTE GONÇALVES SANTOS -----

Foi presente à Câmara um Pedido de Certidão de Inviabilidade Construtiva, em Lote n.º 86 do Loteamento da Corimba, freguesia de Rio Maior, em nome de Maria de Lá Salette Gonçalves Santos, acompanhado de parecer emitido pela Unidade de Obras Particulares e Ordenamento.-----

A Presidente fez a apresentação do assunto, tendo efetuado a leitura da minuta de deliberação. -----

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade certificar que, para o prédio em causa, existe viabilidade construtiva, de acordo e nos termos das informações em referência. -----

PEDIDO DE CERTIDÃO DE DOMINIALIDADE DE ESTRADA, EM RUA PRINCIPAL – CASCALHEIRA OU CERRADO – PORTELA DE TEIRA - FREGUESIA DE ALCOBERTAS, EM NOME DE PAULO CÉSAR CARVALHO & GRAÇA FIGUEIREDO LOPES – SOC. DE SOLICITADORES, R.L. -----

Foi presente à Câmara um Pedido de Certidão de Dominialidade de Estrada, em Rua Principal n.º 6 – Cascalheira ou Cerrado, Portela de Teira, freguesia de Alcobertas, em nome de Paulo César Carvalho & Graça Figueiredo Lopes – Soc. de Solicitadores, R.L., acompanhado de informação do Setor de Topografia e parecer emitido pela Unidade de Obras Particulares e Ordenamento.-----

A Presidente fez a apresentação do assunto, tendo efetuado a leitura da minuta de deliberação. -----

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade face às informações supracitadas, certificar que a estrada que atravessa o prédio assinalado nas

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012

plantas anexas ao pedido, enquadra-se no disposto no artigo 63º da Lei nº 2110 de 19 de Agosto de 1961, pelo que poderá ser considerada do conhecimento e domínio público. -----

PEDIDO DE CERTIDÃO DE DOMINIALIDADE DE ESTRADA, EM QUINTÃO - FREGUESIA DE RIO MAIOR, EM NOME DE ROSÁRIA REBELO (SOLICITADORA) -----

Foi presente à Câmara um Pedido de Certidão de Dominialidade de Estrada, em Quintão, freguesia de Rio Maior, em nome de Rosária Maria Cruz Rebelo, acompanhado de informação do Setor de Topografia e parecer emitido pela Unidade de Obras Particulares e Ordenamento. -----

A Presidente fez a apresentação do assunto, tendo efetuado a leitura da minuta de deliberação. -----

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade face às informações supracitadas, certificar que a serventia que atravessa o prédio assinalado nas plantas anexas ao pedido, enquadra-se no disposto no artigo 63º da Lei nº2110 de 19 de Agosto de 1961, pelo que poderá ser considerada do conhecimento e domínio público. -----

PEDIDO DE CERTIDÃO DE AUMENTO DE COMPARTES, EM QUINTÃO - FREGUESIA DE RIO MAIOR, EM NOME DE ROSÁRIA REBELO (SOLICITADORA) -----

Foi presente à Câmara um Pedido de Certidão de Aumento de Compartes, em Quintão, freguesia de Rio Maior, em nome de Rosária Maria Cruz Rebelo, acompanhado de informação do Setor de Topografia e parecer emitido pela Unidade de Obras Particulares e Ordenamento. -----

A Presidente fez a apresentação do assunto, tendo efetuado a leitura da minuta de deliberação. -----

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade face às informações supracitadas, certificar que não há inconveniente na realização do negócio jurídico pretendido, desde que daí, e no que diz respeito a loteamento e destaques, não resulte qualquer violação às disposições legalmente aplicáveis.

PEDIDO DE CERTIDÃO DE AUMENTO DE COMPARTES, EM QUINTÃO - FREGUESIA DE RIO MAIOR, EM NOME DE ROSÁRIA REBELO (SOLICITADORA) -----

Foi presente à Câmara um Pedido de Certidão de Aumento de Compartes, em Quintão, freguesia de Rio Maior, em nome de Rosária Maria Cruz Rebelo, acompanhado de informação do Setor de Topografia e parecer emitido pela Unidade de Obras Particulares e Ordenamento. -----

A Presidente fez a apresentação do assunto, tendo efetuado a leitura da minuta de deliberação. -----

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade face às informações supracitadas, certificar que não há inconveniente na realização do negócio jurídico pretendido, desde que daí, e no que diz respeito a loteamento e destaques, não resulte qualquer violação às disposições legalmente aplicáveis.

PEDIDO DE CERTIDÃO DE AUMENTO DE COMPARTES, EM ARROTEIAS, FREGUESIA DE ARROUQUELAS, EM NOME DE PAULO CÉSAR CARVALHO & GRAÇA FIGUEIREDO LOPES – SOC. DE SOLICITADORES, R.L. -----

Foi presente à Câmara um Pedido de Certidão de Aumento de Compartes, em Arroteias, freguesia de Arroquelas, em nome de Paulo César Carvalho & Graça Figueiredo Lopes – Soc. de Solicitadores, R.L., acompanhado de informação do Setor de Topografia e parecer emitido pela Unidade de Obras Particulares e Ordenamento. -----

A Presidente fez a apresentação do assunto, tendo efetuado a leitura da minuta de deliberação. -----

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade face às informações supracitadas, certificar que não há inconveniente na realização do negócio jurídico pretendido, desde que daí, e no que diz respeito a loteamento e destaques, não resulte qualquer violação às disposições legalmente aplicáveis.

PROCESSO Nº 6/2012 – VISTORIA PARA VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012

SEGURANÇA E SALUBRIDADE – FREGUESIA DE RIO MAIOR -----

Foi presente à Câmara um Pedido de Vistoria de Salubridade, em Rua Nova do Gato Preto, n.º 27, freguesia de Rio Maior, em nome de Freguesia de Rio Maior, acompanhado de Auto da Comissão de Vistoria e proposta do Chefe da Unidade de Obras Particulares e Ordenamento. -----

A Presidente fez a apresentação do assunto, tendo efetuado a leitura da minuta de deliberação. -----

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, face às informações supracitadas, notificar o proprietário do prédio sito em Rua Nova do Gato Preto Nº 27, para no prazo de 60 dias proceder a recuperação do imóvel, de modo a torna-lo habitável e que não ponha em perigo nem prejudique a zona residencial envolvente. -----

PROCESSO Nº 9/2012 – VISTORIA PARA VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA E SALUBRIDADE – ACÁCIO DOS SANTOS FERREIRA CANADAS -----

Foi presente à Câmara um Pedido de Vistoria de Salubridade, em Rua do Mercado, n.º 20, freguesia de Rio Maior, em nome de Acácio dos Santos Ferreira Canadas, acompanhado de Auto de Vistoria e proposta do Chefe da Unidade de Obras Particulares e Ordenamento. -----

A Presidente fez a apresentação do assunto, tendo efetuado a leitura da minuta de deliberação. -----

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, face às informações supracitadas, notificar o proprietário do prédio em construção, sito em Rua do Mercado, para no prazo de 60 dias proceder a conclusão do capeamento do remate do telhado, cumprindo as normas da boa construção. -----

PROCESSO Nº 10/2012 – VISTORIA PARA VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA E SALUBRIDADE – LUCINDA MARIA DE ALMEIDA CAMPOS -----

Foi presente à Câmara um Pedido de Vistoria de Salubridade, em Largo D.

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012

Maria II, n.º 3, 1º, freguesia de Rio Maior, em nome de Lucinda Maria de Almeida Campos, acompanhado de Auto de Vistoria e proposta do Chefe da Unidade de Obras Particulares e Ordenamento. -----

A Presidente fez a apresentação do assunto, tendo efetuado a leitura da minuta de deliberação. -----

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, face às informações supracitadas, notificar o proprietário do imóvel degradado, sito em Rua Mouzinho de Albuquerque em Rio Maior, para no prazo de 60 dias proceder a recuperação do imóvel, realizando de imediato as obras necessárias para garantir a estabilidade e salubridade do próprio edifício e reparar os danos provocados pela infiltração no prédio da requerente. -----

EQUIPA MULTIDISCIPLINAR DE REABILITAÇÃO URBANA E PLANEAMENTO **URBANO**

LT, SOCIEDADE DE REABILITAÇÃO URBANA, EM – DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DE RIO MAIOR, ARU 1;

O Assunto foi retirado da ordem de trabalhos por indicação da Presidente da Câmara. -----

APROVAÇÃO DE ACTAS

ATA N.º 19, DA REUNIÃO DE 17/09/2012 -----

Foi presente à Câmara a Ata n.º 19/2012, datada de 17 de setembro. -----

A Câmara deliberou por maioria aprovar a ata n.º 19/2012, datada de 17 de setembro com a abstenção da Vereadora, Dra. Ana Cristina Lobato Pinto Fróis de Figueiredo e Silva, por não se encontrar presente na reunião a que a mesma dizia respeito. -----

O Vereador, Dr. Silvino Sequeira interveio para realçar a continuidade da qualidade e da redação das atas apresentadas. -----

ATENDIMENTO AO PÚBLICO

NUNO FERREIRA LUCAS -----

O munícipe Nuno Ferreira Lucas, presente na sala de reuniões de Câmara, interveio tendo começado por se reportar, mais uma vez ao assunto da construção da Rotunda no Beco da Rua da Paz e ligação à Av. Dr. Mário Soares, afirmando tratar-se dum processo que se arrastava há mais de dois anos, referindo estar decidido a colocar um ponto final no mesmo. Frisou existirem ainda algumas situações por esclarecer, nomeadamente a definição de quem competia fazer a rua em causa. -----

O Vereador, Dr. Carlos Frazão interveio, informando que a entidade que era responsável, de acordo com os protocolos que foram presentes à Câmara era a empresa Fozmassimo, pertencente ao Grupo Sonae.-----

O munícipe Nuno Ferreira Lucas de novo no uso da palavra referiu que na sequência das reuniões realizadas entre a Câmara Municipal e a Fozmassimo, que esta sempre tentara escapar a esta responsabilidade, situação para a qual já alertara em tempo oportuno, também por escrito. Aditou que na última reunião realizada sobre esta matéria, no dia 5 de julho, surgira uma proposta da Fozmassimo que não foi comunicada à Câmara, tal como a empresa a apresentara, verificando-se uma discrepância de informação, tendo ficado acordado a realização de uma reunião entre o proprietário Nuno Lucas e a Fozmassimo, reunião que ainda não se concretizou, o que mais uma vez evidenciava que esta não tinha o mínimo interesse em executar aquele troço. - Frisou também que, desde julho de 2010 que esta obrigação da Fozmassimo fora transferida para outra entidade, por escritura pública, situação que a Câmara tinha conhecimento, daí não compreender a insistência de que a decisão tinha de ser da Fozmassimo. Assim, pretendia que a Câmara agendasse uma reunião conjunta com todos os envolvidos, principalmente com as pessoas que sempre acompanharam a situação para esclarecimento de todo o processo.-----

Continuando no uso da palavra referiu que enquanto para a Câmara se tratava

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012

de mais um assunto, para si era um assunto principal, pois o município arriscava-se a não ter a nova rua e ele arriscava-se a não fazer o negócio, estando a Fozmassimo indiferente a toda a situação, enquanto todos andavam envolvidos em reuniões diversas, sem que nada ficasse devidamente clarificado.-----
Terminou a sua intervenção referindo que, caso quisesse transmitir o terreno tinha sempre este impedimento, pelo que solicitava que fosse contactado, no prazo de oito dias, pela Câmara Municipal, para que fosse agendada uma reunião com todas as pessoas envolvidas no processo. -----

A Presidente interveio esclarecendo tratar-se dum processo que não acompanhara do início, embora isso não significasse que não fosse responsável, pois o que fizera nos termos da lei foi transferir competências e não responsabilidade. Mais disse não ter a área das obras particulares, embora fosse legítimo que o munícipe quisesse a sua presença na reunião, frisou também ser legítimo delegar nos seus Vereadores competências. -----

O Vereador, Dr. Carlos Frazão, de novo no uso da palavra, informou que como Vereador da Câmara Municipal de Rio Maior, não iria estar presente na reunião, algo que já afirmara e reafirmava, tendo em conta afirmações proferidas numa reunião de câmara pública, em que o seu nome fora utilizado num sentido menos próprio. Daí estar indisponível para qualquer reunião. -----

NUNO FERREIRA LUCAS -----

O munícipe Nuno Ferreira Lucas, de novo no uso da palavra, referiu que iria tomar todas as providências no sentido de se libertar da situação, opinando que a Câmara se devia pronunciar sobre o citado processo. Aditou que por escritura pública do dia 22 de julho de 2010, a Fozmassimo vendera a uma entidade todo o património que tinha, incluindo os deveres para com a Câmara Municipal que estavam inscritos no protocolo e que a Câmara Municipal tinha conhecimento desta escritura. -----

O Vereador, Dr. Silvino Sequeira, interveio, começando por questionar em nome de que entidade fora emitida a licença de utilização do espaço ocupado

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012

pelo “Modelo”. -----

A Presidente interveio, voltando a afirmar tratar-se de um processo que não tinha acompanhado, mas iria reunir todos os elementos relativos ao mesmo e logo que possível seria agendada uma reunião com as pessoas que estavam a acompanhar o processo.-----

NUNO FERREIRA LUCAS -----

De novo no uso da palavra o munícipe Nuno Ferreira Lucas referiu não entender para que serviria a reunião dado que a Presidente e o Vereador, Dr. Carlos Frazão não iriam estar presentes.-----

A Presidente interveio salientando que não tinha a obrigatoriedade de estar presente na reunião que o munícipe pretendia, frisando ter o direito de delegar competências em determinadas áreas nos Vereadores. Aditou, ainda, que todo este processo poderia ser uma questão de direito privado deduzindo das afirmações feitas que não ficara a Câmara com a responsabilidade de agendar qualquer reunião, no entanto era uma questão que juridicamente e legalmente iriam aferir. -----

O Vereador, Dr. Carlos Frazão, voltou a usar da palavra, referindo que as pessoas deviam ser corretas, educadas e cordeais nas afirmações que faziam, frisando que em todas as reuniões que estivera presente, em representação da Câmara, nada indiciou da parte dos intervenientes que o assunto estava a ser analisado com leviandade. Aditou que em todas as reuniões realizadas, sempre houvera por parte dos representantes do grupo Sonae, o sentido de responsabilidade na tentativa de arranjar uma solução. Frisou mais uma vez que a partir do momento em que o Sr. Nuno Lucas afirmara que deveria “haver outros interesses” na negociação, não participaria em mais nenhuma reunião.-

A Presidente interveio terminando o assunto relativo a esta matéria, referindo que brevemente o munícipe Nuno Lucas receberia informação da parte da Câmara para agendamento de uma nova reunião. -----

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012

NUNO FERREIRA LUCAS -----

O munícipe Nuno Lucas referiu, caso tenha dito alguma coisa que ofendera, não fora com intenção. Referiu também que fizera um pedido por escrito à Câmara para que lhe fosse cedida cópia da gravação da reunião onde tais afirmações se diz terem sido ditas, o que nunca acontecera. -----

JOÃO NARCISO VERDE DA COSTA -----

O munícipe João Narciso Verde da Costa referiu-se às questões que envolviam o União Desportiva de Rio Maior, questionando se a minuta da deliberação da reunião do dia 16 de novembro tinha algum valor junto das Finanças, pois não tinha dúvidas que se fosse um empresário da praça estaria, neste momento, impedido de laborar, pois surgia como um devedor à Fazenda Pública, o que não correspondia à verdade. Aditou que precisavam duma certidão ou minuta para entregar junto das finanças no sentido de minimizar o processo até à resolução final. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA -----

A Presidente interveio, referindo-se à reunião informal realizada com o executivo municipal, alguns elementos e ex-dirigentes da União Desportiva e a advogada que os representava, tendo sido acordado por todos, nessa reunião, retirar um extrato dessa ata para fazer prova junto das Finanças de que a Câmara estava a tratar do processo e que iriam ter uma reunião para análise do mesmo. -----

O Vereador, Dr. Silvino Sequeira interveio, referindo se ultrapassaria a situação com um documento da Câmara Municipal que informasse que estavam a estudar o processo tendo em vista uma conclusão definitiva, numa tentativa de suspender a ação que as Finanças iniciaram até haver uma decisão do tribunal que se esperava favorável, suspensão essa que permitiria que os bens dos envolvidos não fossem postos em causa. -----

JOÃO NARCISO VERDE DA COSTA -----

O munícipe João Narciso Verde da Costa, de novo no uso da palavra reportou-se às obras a decorrer no centro da cidade salientando a nobreza e qualidade, quer da Av. Almirante Cândido dos Reis, quer da Rua Dr. Afonso Calado da Maia. Manifestou o seu respeito para com todos aqueles que tinham opinião contrária à retirada das árvores do eixo central, opinando, contudo, que daqui a dois ou três anos aquela “curta alameda” seria uma beleza dentro da “nossa” cidade. -----

AIDA FRANCISCO -----

A munícipe Aida Francisco iniciou a sua intervenção referindo-se às obras a decorrer na cidade, questionando se desta vez a Av. Paulo VI ficaria com um espaço para cargas e descargas, tendo em conta que isso nunca fora previsto, mesmo com insistência da sua parte, junto do anterior executivo, recordando que recolhera, na altura, cerca de 50 assinaturas, situação que nunca foi resolvida. Terminou a sua intervenção referindo, caso fosse resolvida a questão, que era mais um lugar de estacionamento que ia ser roubado aos comerciantes dessa avenida, o que era de lamentar, já que nessa requalificação foram retirados cerca de metade dos lugares de estacionamento. Solicitou também ao executivo que fossem retiradas as “malditas” passadeiras, pois muita gente caía no local, situação que deveria ser revista por se tornar perigosa. -----

Continuando no uso da palavra, manifestou preocupação em relação aos passeios que abatiam junto dos prédios, dando como exemplo o passeio junto ao banco Banif, questionando se isso estava relacionado com a extração de areias por parte da Sibelco, dado que os abatimentos nos passeios existiam por toda a cidade. -----

Reportou-se novamente às obras a decorrer e lamentou não haver o mesmo critério para todas as ruas, pois na Rua da Rodoviária foram plantadas árvores que mais tarde iriam danificar o lancil, mais do que aquelas que foram arrancadas, o que também acontecia junto ao Pavilhão Multiusos, questionando esta discrepância da situação, pois as árvores que existiam nas

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012

ruas requalificadas sempre foram podadas de forma a qua a copa não impedisse a visibilidade. -----

Sobre a rotunda onde vai ser colocado o monumento em homenagem ao Dr. Sá Carneiro, congratulava a atual Câmara por isso, bem como a anterior por tomarem essa iniciativa, Questionou se, para fazer essa homenagem, se teria de retirar o lancil lá colocado, dado a contenção de despesa de que tanto se falava. -----

O Vereador, Dr. Carlos Frazão, interveio, começando por esclarecer que o lancil fora retirado porque tecnicamente o existente estava danificado em vários pontos. Também informou que uma vez que foi feita a requalificação da rotunda o pavimento subiu e o lancil ficava mais baixo que o pavimento, o que não era viável, evitando-se assim que a Rotunda Sá Carneiro se transformasse num lago. Informou também que o busto não tinha nada a ver com as obras em causa, porque a requalificação envolvia uma área desde a Freiria até à Avenida Paulo VI, não sendo uma requalificação pontual. Opinou que quando se fazia determinado tipo de obra a mesma era executada de acordo com os pareceres e os projetos técnicos. Sobre a questão das passadeiras serem colocadas em pedra, disse ser um hábito transversal não só a Rio Maior, como a grande parte do Concelho. Deu também o exemplo de Tomar, Golegã ou Torres Novas onde essa também fora a opção. Opinou que poderá ser uma opção técnica discutível, mas salientou que todos os projetos, para além de serem aprovados pelo executivo, também tinham de ter a aprovação dos técnicos dos Fundos Comunitários, não podendo ser alterados por sugestão dos munícipes. Informou ainda que a Câmara Municipal de Rio Maior já retirou algumas passadeiras de pedra, devido ao incómodo que causavam não só a quem transitava, mas também aos habitantes dos prédios próximos das mesmas, devido ao ruído. -----

Relativamente às árvores informou que a sua colocação também obedecia a critérios dados pelos técnicos, bem como pelos próprios projetistas e quanto ao espaço para cargas e descargas na Av. Paulo VI, informou que a Comissão de Trânsito numa próxima reunião iria definir locais para cargas e descargas em toda a cidade. Aditou a este propósito que tem havido o cuidado deste executivo de não esquecer esses espaços, nomeadamente na Rua Professor

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012

Manuel José Ferreira, bem como junto da farmácia Almeida que isso foi tido em consideração.-----

Sobre a preocupação relativa à extração de areias feita pela empresa Sibelco, informou que todos podiam estar descansados, pois os abatimentos verificados na calçada prendiam-se com o rigor dos Invernos, e más compactações, não significando nada de “anormal”.-----

MARIA JÚLIA FIGUEIREDO -----

A munícipe Maria Júlia Figueiredo iniciou a sua intervenção referindo-se também à requalificação urbana, nomeadamente, na Rua João Afonso Calado da Maia e EN 114, referindo a colocação de um tapete betuminoso colocado em toda a rua, o qual tapara o lancil que demarcava a propriedade entre a empresa Campos & Silva e a EN 114, lancil esse que sempre existiu, pelo que já solicitara, por carta, que voltasse a ser repostado, dado o significado do mesmo. Seguidamente reportou-se ao caudal da ribeira de S. Gregório, que nas traseiras do Tribunal e na zona confinante com uma propriedade sua, tinha obstáculos ao curso livre da água, solicitando que o executivo acautelasse uma situação que poderia tornar-se extremamente gravosa para todos.-----

O Vereador, Dr. Carlos Frazão informou que tivera conhecimento da citada carta e dera conhecimento da situação aos serviços técnicos, que já estava agendada uma reunião a realizar no próximo dia 12 às 14H30, no local. Aditou ainda que o lancil existente delimitava a propriedade e entendera-se fazer a pavimentação daquele espaço dado o estado de degradação do mesmo. Informou também que a questão do rio não estava esquecida, estando a ser estuda uma solução. -----

PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE S.SEBASTIÃO -----

O Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião, Albertino Pinto Lopes interveio para agradecer as palavras proferidas pela Vereadora, Dra. Sara Fragoso, relativamente à Banda Filarmónica de S. Sebastião, sentindo-se feliz como grande obreiro que fora durante nove anos, frisando que continuava

sempre a apoiar a mesma enquanto esta existisse.-----
Agradeceu as palavras proferidas pelo executivo, opinando que para uma freguesia como a de S. Sebastião manter uma banda com a crise que se vivia a nível nacional, era uma honra muito grande, conseguir-se manter uma instituição daquele gabarito por carolice e muita abnegação. -----
Agradeceu também a aprovação pelo executivo municipal do processo de toponímia para a freguesia de S. Sebastião, congratulando-se pela sua aprovação por unanimidade.-----

ASSUNTOS ALÉM DA AGENDA

REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO TERRITÓRIO DAS FREGUESIAS – PROJETO DE LEI N.º 320/XII/2.^a -----

Após apresentação do assunto pela Presidente, o assunto foi colocado à admissibilidade do Executivo, ao abrigo da previsão do art.º. 83º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro, tendo o mesmo sido admitido por unanimidade. -----

O Vereador, Dr. Silvino Sequeira interveio, tendo referido que efetuara uma leitura superficial ao documento em epígrafe, que o mesmo tinha como pretensão ser aprovado e passar a ser uma lei para consagrar aquilo que estava na legislação aprovada recentemente, tendo em conta que o documento apresentado fazia sempre referência a limites territoriais, tendo citado o n.º 1 do artigo 3.º “*São criadas as freguesias constantes das colunas B e C do anexo 1 da presente lei, que dela faz parte integrante*”, tendo questionado se não existia nenhuma alteração face à decisão da Unidade Técnica para a Reorganização do Território. -----

A Presidente interveio tendo efetuado algumas considerações e esclarecimentos sobre a questão apresentada. -----
Continuando no uso da palavra a Presidente referiu existirem Municípios em que as propostas apresentadas voltaram novamente a serem presentes às Assembleias Municipais, onde existia desconformidade territorial, ou seja, face

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012

ao parecer da Unidade Técnica que dizia que seriam agregadas duas freguesias porque eram contíguas, dizendo não ser o caso do concelho de Rio Maior. Aludiu ainda quais seriam as Freguesias a agregar no concelho de Rio Maior, constantes na tabela anexa ao documento em epígrafe e que as mesmas seriam designadas por União das Freguesias. -----

A Presidente terminou a sua intervenção fazendo mais algumas considerações sobre o documento apresentado, nomeadamente, sobre a sede das Freguesias. -----

O Vereador, Dr. Silvino Sequeira interveio novamente, tendo citado o artigo 5.º n.º 1 do documento em epígrafe *“No prazo de 90 dias após a instalação dos órgãos que resultem das eleições gerais das autarquias locais de 2013, a assembleia de freguesia delibera a localização da sede.”* e n.º 3 *“Na ausência da deliberação ou comunicação referidas nos números anteriores e enquanto estas não se realizarem, a localização das sedes das freguesias é a constante da coluna E do anexo 1 à presente lei.”* -----

Disse ainda que o Executivo deveria de tomar uma posição sobre o assunto em epígrafe, tendo em conta que o mesmo iria ser objeto de discussão e aprovação na generalidade. -----

O Vereador, Dr. Carlos Frazão interveio tendo feito referência ao artigo 7.º n.º 1 *“A instituição da freguesia criada por alteração dos limites territoriais, nos termos do n.º 2.º do artigo 2.º, será realizada por uma comissão instaladora que funcionará no período de quatro meses que antecede o termo do mandato autárquico em curso.”* -----

O Vereador, Dr. Silvino Sequeira voltou a intervir, dizendo que a plenitude dos atuais Presidentes de Junta seria encurtada em quatro meses, face à referência feita anteriormente pelo Vereador, Dr. Carlos Frazão. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, na sequência de anteriores decisões da Câmara Municipal, da Assembleia Municipal de Rio Maior e dos Órgãos Autárquicos das Freguesias do Concelho que são legítimos representantes das populações atingidas pelo processo de Reorganização Administrativa do

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012

Território das Freguesias, a não-aceitação do mapa de freguesias para o concelho de Rio Maior, resultante do Projeto de Lei em causa e do trabalho inicial da UTRAT, por não ser essa a vontade maioritária da população. -----

ENCERRAMENTO

Quando eram treze horas e cinco minutos Presidente, Dra. Isaura Morais a presidir, deu por encerrados os trabalhos desta reunião, da qual se lavrou minuta para os efeitos imediatos e a presente ata, a qual vai ser assinada pela Presidente da Câmara e por mim, Maria de Lurdes Martins Violante, Chefe de Divisão da Unidade Administrativa e Recursos Humanos, que a redigi.-----

A PRESIDENTE DA CÂMARA:_____

A CHEFE DE DIVISÃO DA UNIDADE ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS:_____